

GLOBAL CAMPAIGN FOR
EDUCATION

www.campaignforeducation.org



Campaña
Latinoamericana
por el Derecho
a la Educación



Financiar a educação transformadora de gênero como caminho para a justiça para mulheres e meninas



EVENTO
PARALELO

Escaneie para registrar



Formato do evento paralelo: Online

17 de março de 2026

8h30 EDT/14h30 SAST

Financiamento da educação transformadora em termos de gênero: um imperativo de justiça para mulheres e meninas

A Educação Transformadora em termos de Gênero (GTE) está rapidamente se tornando uma das alavancas mais poderosas para promover a justiça para mulheres e meninas, mas continua a sofrer de um grave subfinanciamento e de fragilidade política.

Defensores se reuniram para pedir ações mais enérgicas em matéria de educação e igualdade de gênero no Evento Paralelo virtual das ONGs para a 70ª sessão da Comissão das Nações Unidas sobre o Status da Mulher (CSW70), intitulado “Financiamento da Educação Transformadora de Gênero como Caminho para a Justiça para Mulheres e Meninas”. Eles enfatizaram que, se o mundo está verdadeiramente comprometido em garantir o acesso à justiça, deve também se comprometer a financiar uma educação que transforme as normas de gênero, e não apenas amplie o acesso.



O evento foi coorganizado pela Campanha Global pela Educação (GCE), pela Campanha Árabe pela Educação para Todos (ACEA), pela Rede Africana de Campanhas pela Educação para Todos (ANCEFA), pela Associação da Ásia e do Pacífico Sul para a Educação Básica e de Adultos (ASPBAE) e pela Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação (CLADE).

Ao abrir a sessão, os co-moderadores Lae Santiago, Diretor de Advocacia e Engajamento Juvenil da ASPBAE, e Israel Quirino, Assistente de Programa da CLADE, ambos membros do Grupo de Ação Juvenil da GCE, enquadraram a discussão no tema da CSW70 sobre o fortalecimento do acesso à justiça para todas as mulheres e meninas. Eles destacaram uma reação alarmante contra a igualdade de gênero, o aumento da violência, incluindo a violência digital, e a redução do espaço cívico.



A vice-presidente da GCE e coordenadora geral da CLADE, Nelsy Lizarazo, aprofundou essa abordagem ao apresentar seis ideias-chave sobre por que financiar a Educação para Todos (GTE) é uma questão de justiça. Em primeiro lugar, ela enfatizou que não pode haver justiça sem justiça de gênero, e não pode haver justiça de gênero sem o desmantelamento das barreiras de gênero enraizadas nos sistemas de educação pública. Em segundo lugar, ela destacou que milhões de crianças continuam fora da escola e muitas das que frequentam não conseguem aprender em ambientes inclusivos e seguros, enquanto a exclusão das mulheres adultas das oportunidades de educação permanece amplamente invisível. Em terceiro lugar, ela ressaltou que a GTE combate diretamente essas injustiças ao criar espaços de aprendizagem seguros e inclusivos e ao permitir que meninas, adolescentes e todos os alunos aprendam em condições equitativas. Em quarto lugar, ela argumentou que isso exige confrontar a profunda “matriz” de relações de poder culturais, sociais, políticas e econômicas que, ao longo de séculos, normalizou a discriminação, as hierarquias e a subordinação, e reformular os papéis impostos tanto a meninas quanto a meninos, incluindo as expectativas prejudiciais de que homens e meninos sejam “protetores”.



Em quinto lugar, ela enfatizou que os próprios professores e as escolas devem passar por uma transformação — desde os currículos e livros didáticos até o tratamento de questões como a violência de gênero, a saúde menstrual e a segurança no transporte —, pois os educadores também são formados dentro desse mesmo sistema desigual. Por fim, ela destacou que tudo isso depende de um financiamento educacional sustentável e suficiente, explicitamente fundamentado na justiça de gênero, com orçamentos sensíveis às questões de gênero e transformadores de gênero para remover barreiras estruturais para meninas, adolescentes e alunos de diversas identidades de gênero, e para garantir que os recursos realmente mudem as condições na prática, em vez de reproduzir as desigualdades existentes.

Giovanna Modé, assessora de políticas e advocacy da GCE, destacou que a GTE:

- Dota mulheres, meninas e alunos de diversas identidades de gênero de consciência dos direitos, autonomia e habilidades de liderança para reivindicar justiça nos tribunais, nas comunidades e nos parlamentos.
- Desafia a “matriz” de poder cultural, social, político e econômico que normaliza a discriminação, a subordinação e a violência de gênero.
- Exige uma mudança sistêmica — desde os currículos e a pedagogia até ambientes de aprendizagem seguros, formação de professores e mecanismos de prestação de contas — e não apenas “matricular mais meninas na escola”.





Vozes da Região: Educação em meio à crise e à exclusão

Uma intervenção juvenil de Yara Alawad, da Campanha Árabe pela Educação para Todos (ACEA), da Palestina, lembrou aos participantes que a justiça educacional não pode ser dissociada da paz, da segurança e da dignidade. Ela descreveu como os conflitos, o deslocamento, as crises econômicas e a instabilidade política em toda a região árabe estão prejudicando a aprendizagem de milhões de pessoas, sendo que as meninas costumam ser as primeiras a abandonar a escola quando as famílias enfrentam insegurança e pobreza. Nesses contextos, a educação é frequentemente o primeiro sistema a ser afetado e o último a se recuperar, e as meninas enfrentam barreiras múltiplas, como trajetos inseguros, normas restritivas e riscos elevados de casamento precoce e violência, o que torna a GTE tanto urgente quanto difícil.



Ram Gaire, da Campanha Nacional pela Educação (NCE) do Nepal e membro do Conselho da GCE, mostrou como as meninas marginalizadas — incluindo meninas dalits e indígenas, meninas com deficiência, mães adolescentes e aquelas que vivem na pobreza ou em áreas afetadas por conflitos — continuam sendo as mais deixadas para trás, apesar dos fortes compromissos políticos. Ele compartilhou exemplos concretos de mudança, incluindo um programa de aprendizagem acelerada de “transição” que reinscreveu meninas fora da escola por meio de um currículo condensado e treinamento em liderança; redes de educação inclusiva e para meninas que reúnem meninas, jovens, professores e autoridades; e mecanismos de denúncia e resposta nas escolas que estão começando a tornar os espaços de aprendizagem mais seguros e receptivos. É encorajador que alguns governos locais estejam agora alocando orçamentos específicos para sustentar essas iniciativas, incluindo bolsas de estudo, instalações de higiene menstrual, banheiros separados e seguros, e indicadores sensíveis às questões de gênero nos planos locais.



Dívida, justiça tributária e espaço fiscal

Falando do Senegal, Khaita Sylla, diretora nacional da ActionAid Senegal e representante da Aliança para a Educação Fiscal, colocou em evidência a economia política do financiamento. Ela observou que, mesmo quando países como o Senegal atingem ou superam, no papel, os parâmetros internacionais de gastos com educação, restrições estruturais como o peso da dívida, regras tributárias injustas e fluxos financeiros ilícitos estão esvaziando os recursos necessários para transformar os sistemas. Perdas anuais massivas decorrentes do abuso fiscal por parte de multinacionais e da evasão fiscal por parte dos mais ricos somam-se aos custos crescentes do serviço da dívida, enquanto as medidas de austeridade muitas vezes se traduzem em menos professores e com salários baixos, salas de aula superlotadas e inseguras, e pressão para privatizar a educação.



Khaita destacou que essas escolhas nunca são neutras em termos de gênero e que, quando os serviços públicos são reduzidos, as mulheres assumem mais tarefas de cuidado não remuneradas, e as meninas correm maior risco de serem retiradas da escola. Fechar brechas fiscais, introduzir sistemas tributários progressivos e sensíveis às questões de gênero e buscar a justiça tributária são, portanto, essenciais para criar espaço fiscal real para a GTE. Ela também apontou a emergente Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional como uma oportunidade histórica para exigir um regime tributário global feminista que redistribua os direitos tributários de forma mais justa para o Sul Global e reconheça a justiça tributária como uma condição para a igualdade de gênero.



Tornando a GTE o centro da educação

Representando a Iniciativa das Nações Unidas para a Educação das Meninas (UNGEI), Natasha Harris-Harb, Coordenadora de Movimentos Juvenis e Liderança Feminista, argumentou que cortar os recursos destinados ao trabalho em prol da igualdade de gênero em tempos de crise não é apenas um erro moral, mas também uma má decisão de investimento. Com base em evidências da Rede Feminista para a Educação Transformadora de Gênero e da Iniciativa Gênero no Centro, ela demonstrou que a GTE (Educação Transformadora de Gênero) tem fortes “efeitos multiplicadores”, tais como melhoria na aprendizagem, saúde e bem-estar; taxas mais baixas de casamento precoce e forçado; maior participação econômica; e redução da violência e dos conflitos, todos com retornos sociais e econômicos significativos.

As perspectivas governamentais e multilaterais, incluindo contribuições da Direção Nacional de Saúde Escolar e Questões Transversais de Moçambique e de Sally Gear, Coordenadora de Práticas para a Igualdade de Gênero e Inclusão da Parceria Global para a Educação (GPE), reforçaram a necessidade de passar de projetos para reformas plurianuais que abranjam todo o sistema. Isso significa proteger e ampliar os orçamentos da educação, incorporar a GTE nos planos setoriais, trazer os movimentos feministas e juvenis para o diálogo político e fortalecer os dados interseccionais e a prestação de contas, para que as decisões de financiamento sejam fundamentadas nas realidades vividas.





Uma Agenda Coletiva

Na parte final do evento, Susmita Choudhury, consultora de Gênero e Inclusão Social da GCE, convidou os participantes a indicar medidas concretas que suas organizações possam adotar nos próximos 24 meses. Em todas as regiões e setores, eles convergiram para prioridades comuns, incluindo a ampliação da defesa orçamentária baseada em evidências que vincule o financiamento a resultados de gênero; o fortalecimento de orçamentos sensíveis ao gênero e transformadores de gênero; a quebra de silos entre os movimentos de educação, feministas e de justiça econômica; a valorização da liderança juvenil na defesa do financiamento da educação; e o investimento em comunicações que tornem a GTE visível e atraente para os tomadores de decisão e o público em geral.

A sessão foi encerrada com uma forte manifestação de solidariedade às mulheres e meninas que vivem em situações de guerra e ocupação, cujos direitos à vida, à segurança e à educação estão sendo violentamente negados. Para a GCE e seus parceiros regionais, a CSW70 foi uma oportunidade para insistir que o acesso à justiça deve incluir o direito a uma educação pública bem financiada e transformadora em termos de gênero para todos.

